

## POLÍTICA

*Foi forte a reação contrária à proposta de suspensão temporária dos trabalhos da Constituinte. E Sarney, que a apoiara, preferiu ontem dizer que a decisão seria de Ulysses.*

# Ulysses: a Constituinte continua.

"A Constituinte é uma solução, não um problema". Com essa resposta, Ulysses Guimarães pôs ontem um ponto final nas discussões sobre a proposta do senador José Richa (PMDB-PR) de paralisar temporariamente os trabalhos na Assembléia para que os parlamentares possam discutir a crise política e econômica. O próprio presidente Sarney transferiu essa decisão para Ulysses, que acabou também atendendo os líderes de todos os partidos. "O que nós devemos fazer é atuar mais para abreviar a elaboração da Constituição, o que eu acho possível", decretou Ulysses.

Da reunião que teve ontem pela manhã no Palácio do Planalto, Ulysses relatou que Sarney desmentiu as declarações a ele atribuídas de que seria favorável à suspensão provisória dos trabalhos. "Ele garantiu que a posição do presidente da República é a mesma do presidente da Constituinte — contrária, portanto, à interrupção dos nossos trabalhos", esclareceu Ulysses mais tarde, quando se reuniu com os líderes partidários.

Esse ponto final que o presidente da Constituinte deu às discussões não impediu, porém, que o senador Richa recebesse críticas de todos os partidos. "Seria uma temeridade paralisar os trabalhos constituintes para se discutir a crise", condenou o senador Mário Covas. "Há espaços suficientes para que essas tensões sejam resolvidas sem interrupção dos trabalhos."

Mesmo que Richa tenha justificado sua proposta com a necessidade de se encontrar uma "unidade de pensamento" em torno do anteprojeto da nova Carta, o governador Orestes Quércia acha um absurdo. "Que me perdoe o amigo Richa, mas não podemos suspender os trabalhos numa fase dessas", disse.

O líder do PFL, deputado José Lourenço, também reagiu: "Uma suspensão daria ao mundo a idéia de profundidade de uma crise que não existe". E acrescentou: "Parar a Constituinte seria desrespeitar o próprio mandato, já que o objetivo da nossa eleição foi o de elaborar a futura Constitui-



Ulysses acha melhor apressar a Constituinte. E Sarney voltou atrás.

ção, o que devemos cumprir até o fim". A mesma idéia, embora com argumentos diferentes, foi defendida pelos líderes do PDT, Brandão Monteiro, do PT, Plínio Arruda Sampaio, e do PC do B, Haroldo Lima, além do próprio relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral.

Na reunião que teve com os líderes partidários, Ulysses disse desconhecer se existe mesmo uma proposta de Constituição pa-

ralela elaborada pelo ministro Paulo Brossard, da Justiça. "Acho que deve haver sugestões", esclareceu. "O que não se pode é pressionar a Constituinte".

## Críticas

A tese de Richa foi rebatida com veemência pelo presidente do Congresso, senador Humberto Lucena: "Isso seria institucionalizar a crise". E nem no Paraná Richa conseguiu solidariedade. "Não se resolvem os problemas do País interrompendo o processo mais importante do momento em que estamos vivendo", disparou o governador Alvaro Dias.

Em São Paulo, o presidente da Fiesp, Mário Amato, preferiu dar um crédito à sugestão de Richa. "Os ânimos estão se acirrando de tal maneira que qualquer postergação pode ser saudável", ponderou. "Nós temos conhecimento de casos de coação violenta e até ameaças. E, nesse ambiente, não se pode fazer uma coisa com a honestidade e a democracia que queremos."

Mesmo diante de tantas críticas de par-

lamentares Richa não se deu por vencido. E voltou ontem a reafirmar seu pessimismo com a evolução da crise. "Até o fim do ano a Constituinte poderá implodir e a transição democrática chegar a um impasse, cuja solução poderá ser a antecipação das eleições para presidente", alertou.

Richa prevê ainda que os protestos verificados no Rio poderão se estender rapidamente a outras regiões — "e não se trata de baderna, pois os baderneiros se reúnem quando encontram uma situação de insatisfação generalizada. E preciso parar para adotar uma ação conjunta a fim de evitar a convulsão social".

Numa espécie de autocritica, Richa confessou que o erro desde o início foi não haver uma Constituinte exclusiva. "A Constituinte congressual nos levou a esse equívoco", desabafou. Mas Richa nega que a proposta de suspensão tenha sido combinada antecipadamente com o Planalto — e demonstrou contrariedade com o fato de a sugestão ter vazado antes de ter sido feito um acordo com os demais partidos.

## (E não aceitará mudanças nesta fase)

*A decisão afasta os planos do governo de apresentar substitutivos em forma de emendas.*

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, foi firme na sua decisão: na primeira fase de adequação do primeiro anteprojeto de Constituição não cabem emendas de mérito "nem muito menos substitutivos". Aparentemente, a decisão do deputado, tomada ontem após uma reunião com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral e com líderes partidários, afasta a intenção do governo de apresentar substitutivos em forma de emendas nessa fase de trabalhos da Constituinte. "Ganhamos a parada", cochichou Bernardo Cabral ao deputado Francisco Benjamin, não conseguindo disfarçar o contentamento de ter derrotado, nesta primeira fase, a tentativa do líder do governo, Carlos Sant'Anna, que gastara os três últimos dias na elaboração de um longo substitutivo, obviamente seguindo orientações do Planalto.

De qualquer forma, entre os parlamentares não parece haver tanta certeza de que a "parada" esteja ganha por Cabral. Tanto que, ontem à noite, emendas alterando cerca de 200 artigos do primeiro anteprojeto da Constituição (que tem 501 artigos) foram encaminhados ao grupo denominado "centro democrático", que abriga a ala moderada do PMDB e grande parte do PFL, de apoio irrestrito ao governo. Subscritas por constituintes desse grupo, as emendas — cerca de 100 — foram apresentadas à Comissão de Sistematização, que teve até a meia-noite de ontem prazo para recebimento dessas propostas. As emendas foram elaboradas na

Presidência da República, por assessores do presidente.

### Clima de confronto

Além disso, segundo informação recolhida por parlamentares que foram recebidos ontem pelo presidente Sarney, alarmado com as conclusões da Comissão de Sistematização, vai escrever carta nesse sentido a Ulysses Guimarães. E, também ontem, Carlos Sant'Anna tinha um conselho a dar a quantos o procuravam para orientação sobre apresentação de emendas à Comissão de Sistematização: apresentem tudo que puder agora e busquem entendimento político depois. Para ele, não há outra saída: "O relatório de Bernardo Cabral é ruim, tem muitas falhas e está sendo motivo de galhofas". Além disso, no rastro dessa atitude do governo, há um clima de confronto. Constituintes com livre trânsito no Palácio do Planalto estão prevendo o pior caso haja muita resistência de Cabral nesta fase da Constituinte — e advertem que se a cúpula não levar em consideração a vontade da maioria, que é apresentar e votar agora um substitutivo, é até possível que os trabalhos sejam suspensos até chegar-se a um consenso político sobre a questão.

Bernardo Cabral, é certo, não quer o confronto. O relator da Sistematização afirmou ontem que deve ser encarada como uma coisa natural o desejo do governo de também influir na Constituinte, a exemplo de outros setores da sociedade. E disse que qualquer contribuição que venha de fora da Constituinte — em resposta à informação de



Cabral: "Ganhamos a parada".

que o ministro da Justiça, Paulo Brossard, e o consultor-geral da República, Saulo Ramos, estavam elaborando substitutivos em nome do governo — será por ele bem recebida, desde que representem uma contribuição natural ao seu trabalho, mas que não está disposto a aceitar nenhuma imposição "venha de onde vier".

O senador Mário Covas também condenou a tentativa de intromissão do governo nos trabalhos da Constituinte. Ele admite ser legítimo o deputado Carlos Sant'Anna apresentar a proposta que desejar, pois afinal trata-se de um constituinte, mas jamais que o Executivo faça isso através de constituintes. "Seria uma invasão de atribuições", frisou. Nesse sentido, Covas disse também não poder admitir a apresentação de substitutivos ao anteprojeto da Sistematização, nem de alterações do regimento da Constituinte para viabilizar essa hipótese. Segun-

do explicou, se a tramitação de um substitutivo fosse possível, o PMDB, isoladamente, teria número para apresentar o seu próprio substitutivo e redigir a Constituinte sozinho.

Mas a apresentação de substitutivos pelo governo é defendida por muitos parlamentares. O senador maranhense Edison Lobão, do PFL, por exemplo, acha que o projeto Bernardo Cabral "contém artigos imprecisos, redundantes, contraditórios, incoerentes e coisas inconcebíveis. Em suma, ele é imprestável". Lobão, que esteve ontem com o presidente Sarney, começa a criticar a proposta de seus dispostivos iniciais: "O artigo primeiro diz que o poder emana do povo e com ele será exercido nos termos dessa Constituição. Como é que se vai executar a lei junto com o povo? Ele altera a excelente redação atual, segundo a qual todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido".

Também o presidente da Comissão de Sistematização, o senador pefelista Afonso Arinos, acha "muito ruim tudo o que foi feito até agora pela Assembléia". Mas, atribui o fato à falta de "um mapa para seus integrantes" — que, na sua opinião, deveria ser o projeto constitucional preparado pela comissão que presidiu. Segundo Arinos, o projeto não foi aproveitado como "mapa" porque o presidente Sarney não concordou com a forma de regime parlamentarista que ele preconizava. E admitiu também que a reação das Forças Armadas às mudanças que o projeto introduziu no seu papel foi

outra das causas do seu não aproveitamento.

O senador fluminense evitou criticar a disposição do governo de encaminhar substitutivo ao anteprojeto encaminhado pela Sistematização. Embora saiba que o regimento da Constituinte só permite o encaminhamento de emendas através dos integrantes da Assembléia, ou subscrita por um mínimo de 30 mil pessoas, Afonso Arinos disse não ter condições de opinar sobre o assunto por não saber qual procedimento o governo pretendo adotar para viabilizar sua intenção.

Dentre as cerca de cem emendas apresentadas ontem pelo "centro democrático", pode-se destacar o poder do presidente da República de exonerar o primeiro-ministro, ouvido o Conselho da República e comunicado o fato ao Congresso Nacional, bem como não permitir que a futura Constituinte consagre a criação de novos Estados (o entendimento é que isso é para a lei ordinária, cabendo à Constituição apenas criar a Comissão de Redivisão Territorial).

O grupo também não vai permitir a reversibilidade nos casos de anistia para os militares punidos, como ficou previsto no anteprojeto da Constituição, e apresentou muitas emendas procurando adequar o texto do anteprojeto — considerado, tanto por Carlos Sant'Anna como pelo deputado Prisco Viana, como muitas vezes extenso e desnecessário, colocando na Constituição coisas da lei ordinária, como em outros títulos muito vagas e superficiais.